

ENTREVISTA

João Paulo Papa. Deputado Federal (PSDB)

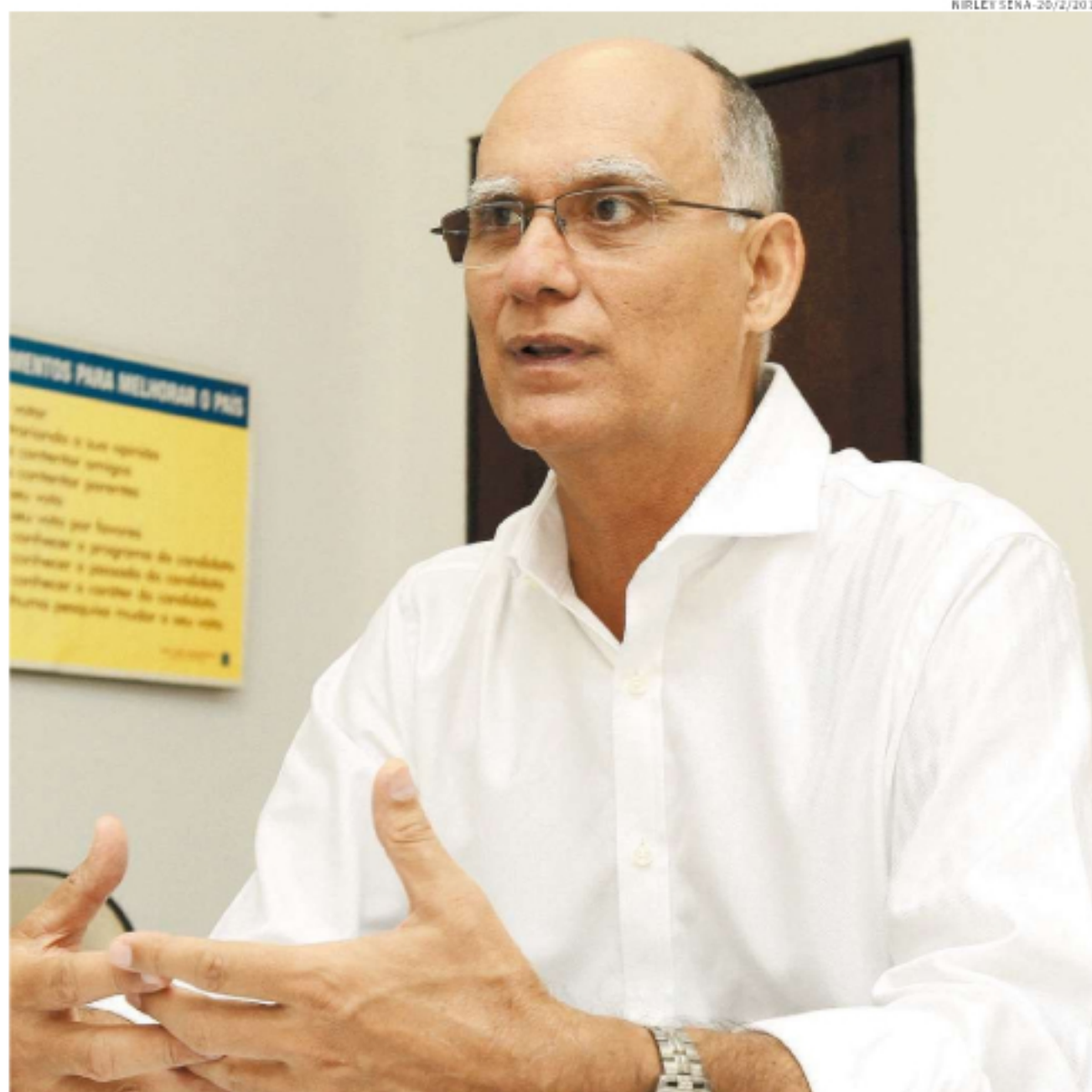
“30 anos de vida pública parecem nada valer”

VINICIUS HOLANDA
DAREDAÇÃO

Foi no intervalo entre duas audiências – nos ministérios da Saúde e das Cidades –, na terça-feira, que o deputado federal João Paulo Papa (PSDB) ficou sabendo que havia sido delatado pelo ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Júnior, como destinatário de R\$ 300 mil, em 2014, pagos pela empreiteira “de forma ilícita, sob pretexto de campanha eleitoral”. O ex-prefeito santista nega veementemente o fato – ele desconhece o teor das investigações em que, agora, está metido. “De uma hora para outra, os 30 anos que tenho de vida pública parecem nada valer”, desabafa o parlamentar, ao ver seu nome entre outros vários citados na Operação Lava Jato. “Isso é perigoso e desrespeitoso. Esse pré julgamento é uma violência”. Ele falou sobre o caso com A Tribuna, ontem, de Brasília.

Como o senhor recebeu a acusação de estar envolvido em caixa 2 da Odebrecht?

É como se a culpa já estivesse certa, só falta encontrar uma razão. É um desrespeito a toda a história que construí na vida pública. Nunca promovi nenhum ato para me beneficiar pessoalmente. Estamos assistindo a um processo de destruição de reputações inédito. E isso não está acontecendo apenas comigo. O curioso é que meu nome vai para o noticiário e eu não tenho acesso a inquéri-



to nenhum. Quando tiver, vou me defender.

Conforme a delação, os R\$ 300 mil supostamente injetados em sua campanha tiveram origem nos aditamentos das obras do Emissário Submarino de Praia Grande, em

2007, pela Sabesp.

Nesse período, eu estava onde vocês sabem que eu estava: na Prefeitura de Santos (ele governou a Cidade de 2005 a 2012). Se você me perguntar o que fiz no Paço Municipal nesse ano, posso responder. Sobre o processo de construção desse

equipamento (de Praia Grande), não tenho informação.

O senhor acompanhou de perto os pedidos e as doações efetivamente recebidos durante a campanha de 2014?

Eu ficava o tempo todo na rua. Mas as contas foram prestadas como manda a lei. Tudo o

“É como se a culpa já estivesse certa, só falta encontrar uma razão”

que foi arrecadado de contribuição foi declarado e é público.

Da Odebrecht, o valor foi de quanto?

A Braskem (empresa controlada pela Organização Odebrecht) doou R\$ 30 mil.

O senhor conhece Benedicto Júnior?

Nunca vi.

Aos investigadores, ele afirmou que o atual secretário estadual de Planejamento de São Paulo, Marcos Monteiro, intermediou com a empreiteira o envio de R\$ 1,5 milhão, na época, à campanha à reeleição do governador Geraldo Alckmin (PSDB), do qual era o tesoureiro.

Eu o conheço, mas nunca tratei de nenhum fato relacionado à minha campanha. Acho que esse processo de caça às bruxas ainda vai prejudicar muitas pessoas que não merecem, entre as quais o Alckmin, que é trabalhador e uma raridade entre os gestores públicos.

Qual o desfecho que o senhor prevê para o caso?

Hoje, tudo está muito mistu-

rado. Atos de corrupção, contribuições de campanha informais, não declaradas, enfim, virou um pacote na cabeça das pessoas. O que imagino é que tudo seja resolvido caso a caso. A Justiça tem condições para isso. É importante salientar que as delações são coletivas; os inquiridos, não. São individuais. Eu, da minha parte, já pedi acesso ao conteúdo e, na medida em que receber, vou me defender.

O senhor acredita que esse processo pode macular sua imagem?

Na minha vida profissional, nunca tomei nenhuma decisão que revertesse em meu benefício. Essa afirmação caluniosa não mudará minha história. Pode levar tempo, não sei como funciona. Já assisti a acusações serem revertidas muito tempo depois, às vezes com a pessoa nem estando mais viva. Enquanto eu tiver força para continuar na área pública, vou permanecer. Vou enfrentar com a mesma dignidade que mantive até aqui.



Imagem da construção do Emissário Submarino de PG, cuja obra teria rendido a Papa e Alckmin caixa 2

Estado: obra e propina “não fazem sentido”

■ Sobre a Reportagem publicada ontem a respeito da delação de Benedicto Júnior, o Governo do Estado esclarece que em nenhum momento o ex-executivo da Odebrecht diz ter pago propina à campanha de reeleição do governador Geraldo Alckmin (PSDB), em 2014. O delator afirmou que o tucano recebeu R\$ 1,5 milhão. “Isto fica claro na própria delação, quando ele fala de ‘recursos ilícitos’ para campanha”, aponta o Palácio dos Bandeirantes, sobre as doações.

SEM SENTIDO

O Governo ainda defende que “não faz nenhum sentido” a associação entre a obra no Emissário de Praia Grande (executada entre 2007 e 2010) e um suposto repasse de recursos ilícitos para campanhas eleitorais de 2014.



Alckmin teria recebido R\$ 1,5 milhão para a campanha de 2014